



ACÓRDÃO Nº652/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11562/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA .
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Thierry Andre Raoul Acanthe (Ordenador de Despesa), Adilson Coelho Cordeiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Rosa Oliveira de Pontes Braga - OAB/AM 4231.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD .
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 664/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA . Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – **SEMA**, referente ao **exercício financeiro de 2017**, sob a responsabilidade dos Srs. Antônio Ademir Stroski e Marcelo Jose de Lima Dutra, Secretários de Estado do Meio Ambiente, respectivamente no período de 01/01/2017 a 03/10/2017 e 04/10/2017 a 31/12/2017, bem como dos Srs. Adilson Coelho Cordeiro e Thierry Andre Raoul Alcanthe, ex-Secretários Executivos de Estado do Meio Ambiente e ordenadores de despesas nos mencionados períodos, nos termos dos arts. 1º, II, “a”; 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 c/c arts. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, pelos motivos expostos neste Relatório/Voto;

10.2. Recomendar à Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA que:

10.2.1. Elabore relatório mais atualizado dando um melhor posicionamento da caracterização das causas e efeitos dos problemas detectados na gestão de resíduos sólidos e de coleta seletiva da região



ACÓRDÃO Nº652/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

metropolitana de Manaus, conforme descrito no Projeto Básico do Termo de Contrato Nº 10/2014 e do 7º, 8º, 9º, 10º e 11º Termos Aditivos.

10.2.2. Mantenha as Declarações de Bens atualizadas nas pastas funcionais dos servidores que ocupam Cargos Comissionados e de Confiança;

10.2.3. Providencie as plaquetas com o número de tombamento e a fixação nos bens patrimoniais;

10.2.4. Mantenha junto aos autos o registro/controlado mensal e relatório

de manutenção, referente as impressões das copiadoras, conforme determina o Projeto Básico, constante do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 14/2013;

10.2.5. Elabore Planos de Cargos e Salários, compatíveis com as necessidades da Sema;

10.2.6. b) Viabilize concurso público de provas e títulos para o ingresso de novos servidores no órgão com a finalidade de apoiar a gestão ambiental;

10.2.7. Estabeleça Plano de Metas de capacitação, desenvolvimento e

treinamento de servidores por área de atuação;

10.2.8. Estabeleça um programa para o financiamento do Plano Estadual

de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amazonas (PPCD-Am) sem ficar na dependência de recursos extraorçamentários;

10.2.9. Estenda os programas preventivos e campanhas educativas a todos os municípios;

10.2.10. Busque parcerias com as administrações municipais e órgãos federais afins para atuação e formação de rede de controle;

10.2.11. Efetue capacitação das brigadas de incêndio em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas;

10.2.12. Considerando a Lei da Transparência Pública e que a Sema dispõe

de um site com detalhamento dos seus programas, discrimine todas as informações referentes ao status do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Amazonas como o número total de cadastros ano a ano, validações, fiscalizações e detalhamento do monitoramento;

10.2.13. Constitua Conselhos Consultivos nas unidades de conservação

da categoria Área de Proteção Ambiental (APA);

10.2.14. Intensifique a atuação de prevenção e controle do desmatamento,

queimadas e incêndios florestais nas áreas focais:

- Região Metropolitana de Manaus;



ACÓRDÃO Nº652/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- Região Sul do Amazonas;

10.2.15. Estenda o programa de formação de brigadistas a todas as Unidades de Conservação.

10.3. Dar quitação aos **Srs. Antônio Ademir Stroski, Marcelo José de Lima Dutra, Adilson Coelho Cordeiro e Thierry Andre Raoul Alcanthe**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, da Lei n. 2423/1996 c/c o arts.163, §1º, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.4. Determinar à **Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO** que, por meio do setor competente, cientifique os interessados sobre o teor deste julgamento, nos termos do art. 162, §1º, do Regimento Interno do TCE/AM, encaminhando-lhes cópia deste Relatório/Voto e do Acórdão.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de abril de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral